



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES SÃO ROMÃO

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES S. ROMÃO

ATA Nº 7/2022

-----Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de 2022 reuniu, pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia, em sessão ordinária convocada pelo seu Presidente, João Manuel Fraga Novais, a Assembleia de Freguesia de Arões São Romão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----Ponto 1.1 – apreciação e votação da última ata da assembleia de freguesia.-----

1. ORDEM DO DIA:-----

-----Ponto 2.1 – apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca das atividades e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto 2.2 – apreciação, discussão e votação das opções do plano e orçamento para o ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto 2.3 - apreciação, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2023, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto 2.4 – apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho na sua redação atual.-----

-----Ponto 2.5 – Apreciação, discussão e votação da minuta do protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Fábrica da Igreja da Paróquia de Arões São Romão.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

-----Ponto 2.6 – Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo da Freguesia de Arões São Romão.-----

3. PÓS ORDEM DO DIA:-----

-----Ponto 3.1 – espaço de intervenção aberto ao público.-----

-----Presidiu à reunião o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, coadjuvado por Gabriela Salgado, Primeira Secretária e Leandro Oliveira, Segundo Secretário.-----

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos atrás mencionados, os seguintes Membros:-----

-----Do Partido Socialista (PS): Susana Fraga e Samuel Costa.-----

-----Do Partido Social Democrata (PSD): Natália Leite, Susana Peixoto, Rui Costa e Vitor Fernandes.-----

-----A Junta de Freguesia esteve representada nesta sessão por Joel Fernandes, Andreia Miranda e Carlos Manuel Correia, Presidente, Secretária e Tesoureiro respetivamente. -

-----Às 21 horas e 15 minutos, constatada a existência de Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos - *período de antes da ordem do dia* - apreciação e votação da última ata da assembleia de freguesia, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos Deputados presentes para que se pronunciassem sobre o conteúdo da mesma.-----

-----Nenhum dos Deputados presentes manifestou vontade de usar da palavra, pelo que foi a ata da última sessão colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.----

-----Ainda dentro deste período, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados para, querendo, pronunciarem-se sobre questões que considerem pertinentes e pretendam ver esclarecidas, tendo os Deputados do PSD Vitor Fernandes e Susana Peixoto manifestado vontade de usar da palavra.-----



-----No uso da palavra, Vitor Fernandes voltou a mencionar a questão da limpeza dos terrenos do Sr. Albertino Lucas afirmando que, não obstante as várias interpelações ao mesmo, continua a verificar-se a situação de incumprimento, pelo que terão de ser adoptadas outras medidas. -----

-----Colocou, depois, uma outra questão referente à água na zona da Bouça que, diz, deverá estar a infiltrar-se por debaixo da estrada uma vez que, apesar de ter chovido muito, o tanque ali existente continua vazio, situação que no seu entender não é normal e que poderá causar alguma situação menos desejável.-----

-----Terminada a intervenção do Deputado Vitor Fernandes, usou da palavra a Deputada Susana Peixoto para questionar o Presidente da Junta de Freguesia sobre uma carta enviada pela JAF Energia a alguns habitantes da freguesia, afirmando saber que a Junta de Freguesia fez um comunicado sobre o assunto mas pretendendo saber se já há alguma data para a sessão de esclarecimento referente ao assunto em causa.-----

-----De seguida, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia para responder às questões colocadas pelos Deputados do PSD. No que respeita à questão relacionada com a limpeza dos terrenos do Sr. Tino Lucas, afirmou o Presidente que já após a realização da última Assembleia de Freguesia voltou a interpelar o responsável pela manutenção dos referidos terrenos, o Sr. Albano, para proceder ao corte dos canos o que não veio a suceder.-----

-----Perante esta situação de reiterado incumprimento, assumiu Joel Fernandes perante a Assembleia de Freguesia o compromisso de efetuar uma comunicação à Câmara Municipal solicitando tome as diligências necessárias para que a situação seja definitivamente resolvida.-----

-----Relativamente à questão da água na zona da Bouça, o Presidente referiu ter já conhecimento dessa situação bem como de uma outra, também relacionada com água, na zona da Rua da Prelada, Portela, em que também existe água perdida mas esta de natureza particular.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção, dizendo que em relação a esta última situação e logo que o tempo permita, a Junta de Freguesia irá intervir na zona colocando um tampão na



Handwritten signature and the word 'Gabele' in blue ink.

tubagem e se em resultado desta intervenção alguém ficar sem água, essa pessoa irá ter que assumir os custos desta reparação por se tratar de um tubo de água particular que sofreu uma rutura, não foi reparado, originando a saída da água para a via pública.-----

-----No tocante à questão suscitada pela Deputada do PSD, Susana Peixoto, Joel Fernandes esclareceu que logo no início do seu mandato houve um contacto por parte da empresa JAF Energia, na pessoa do seu gerente, o Sr. José Cardoso, dando conta da intenção da empresa instalar na zona de Oleiros um painel fotovoltaico para produção de energia e, passado algum tempo, novo contacto por parte de uma representante da empresa dando nota da intenção de entregar, porta a porta, um panfleto de esclarecimento sobre o projeto em causa tendo também havido um contacto direto com as empresas da zona, enquanto principais consumidoras de energia no período diurno.-

-----Mais esclareceu o Presidente da Junta, que lhe foi explicado pela representante da JAF Energia que a comunidade de energia renovável é uma estação solar com capacidade para servir um aglomerado situado num raio de 2,3 km à volta do parque solar e que para o próprio dimensionamento do parque necessitam de ter uma estimativa de quantos consumidores poderão ser membros daquela comunidade, pelo que solicitava a colaboração da Junta de Freguesia na divulgação deste projeto.-----

-----Continuou a sua intervenção Joel Fernandes, afirmando que lhe foi explicado por aquela representante que a primeira fase do projeto seria uma espécie de pré-adesão ao mesmo por forma a terem uma estimativa de quantos serão os aderentes, adesão esta sem quaisquer custos para os potenciais aderentes.-----

-----No seguimento da conversa, Joel Fernandes sugeriu que fosse feita uma sessão de esclarecimento para a população, sessão esta que ficou pré-agendada para o dia 07 de janeiro 2023, sábado, por volta das 17:00Horas, no auditório da Junta de Freguesia.-----

-----Entrando no segundo ponto 2 da ordem de trabalhos - *período da ordem do dia* - Ponto 2.1 –*apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca das atividades e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro* - foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento que, por sua vez, passou a palavra à Secretária da Junta, Andreia Miranda, para leitura do mesmo na parte referente às atividades da Freguesia,



tendo a explicação sobre a situação financeira desta ficado a cargo do próprio Presidente da Junta de Freguesia que, no uso da palavra e a este propósito se pronunciou sobre o valor do saldo existente a 31/11/2022, que é de 106.504,48€ (cento e seis mil quinhentos e quatro euros e quarenta e oito cêntimos. -----

-----Referiu Joel Fernandes a existência de faturas que, àquela data, ainda não tinham sido apresentadas, dando como exemplo a fatura referente à última tranche das obras do cemitério num valor aproximado de 8.000,00€ (oito mil euros) e que, como tal, terá que ser abatida, assim como o valor de 20.000,00€ (vinte mil euros) para apoio à construção da capela mortuária.-----

-----Resulta daqui, que do protocolo de investimento celebrado com a Câmara Municipal no valor de 115.000,00€ (cento e quinze mil euros) ficam por executar este ano cerca de 30.000,00 (trinta mil euros), não-execução esta que em muito se deveu às condições meteorológicas desfavoráveis que se fizeram sentir durante grande parte do ano e que, pior via disso, terão que ser executadas em 2023, como é o caso da pavimentação da Travessa dos Ferreiros 2 e da Rua do Monte da Pena.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento em apreço e sobre a intervenção de Joel Fernandes sobre a situação financeira da freguesia, tendo os Deputados do PSD, Natália Leite e Rui Costa manifestado vontade de usar da palavra.-----

-----No uso da palavra, Natália Leite questionou o Presidente da Junta sobre a adesão da Junta de Freguesia ao programa de apoio na aquisição de gás de petróleo liquefeito em garrafa – 2ª fase, explicando Joel Fernandes que se trata de um apoio dado pela Junta de Freguesia, na qualidade de intermediária, a pessoas que já beneficiam de determinados apoios sociais e que consiste na entrega de um vale no valor de 10,00€ euros (dez euros) a todos aqueles que cumprirem com os critérios de elegibilidade para atribuição do referido apoio.-----

-----Seguidamente usou da palavra o Deputado do PSD, Rui Costa, para colocar duas questões: a primeira, referente ao diferencial de execução entre a receita e a despesa



Handwritten signature and the word 'Orçado'.

de capital perguntando se, como parece concluir-se da análise efetuada ao documento apresentado, o recebimento não está dependente da apresentação das despesas.-----

-----Respondeu Joel Fernandes que não, por estarmos perante um protocolo bianual não existindo, portanto, risco de incumprimento uma vez que só em final de 2023 é que a Junta de Freguesia terá que apresentar comprovativos do valor executado.-----

-----Continuou Rui Costa a sua intervenção para colocar a segunda questão, desta feita relativa à rubrica “*receita corrente*” na parte de “*venda de bens e serviços*” onde está englobado também o cemitério, questionando sobre o porquê da baixa taxa de execução desta rubrica que este ano e a 30/11/2022 se situa nos 13.866,50 € (treze mil oitocentos e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos), comparativamente a anos anteriores. No uso da palavra, esclareceu o Presidente da Junta de Freguesia que tal facto se deve à necessidade de limitar a venda de campas por forma a evitar a constante ampliação do cemitério alcançando-se também, desta forma, um equilíbrio orçamental entre receita e despesa.-----

-----Passando ao ponto 2.2. da ordem de trabalhos - *apreciação, discussão e votação das opções do plano e orçamento para o ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento.-----

-----Na posse da palavra, pronunciou-se o Presidente da Junta de Freguesia sobre o valor do orçamento 2023 que é de 345.749,00€ (trezentos e quarenta cinco mil setecentos e quarenta e nove euros), significando um aumento de cerca de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) em relação ao orçamento de 2022 em virtude da subida nos valores de algumas transferências do Estado e também dos valores de alguns dos protocolos estabelecidos enunciando, de seguida, alguns exemplos constantes do documento em análise.-----

-----Prosseguiu Joel Fernandes, desta feita para se pronunciar sobre a despesa inscrita no orçamento, afirmando ter recebido as propostas do PSD relativamente àquelas que seriam as prioridades de investimento para o Partido, concluindo que ambos os partidos estavam em sintonia a este respeito e salientando que algumas das propostas



apresentadas não dependem tanto de dinheiro, mas antes de empenho, como é o caso da parceria com os CTT. -----

-----Informou o Presidente a este propósito, que em reunião tida com dois responsáveis dos CTT há cerca de um ano atrás, foi por estes informado que os pontos CTT naquele momento estavam todos atribuídos mas que a haver a possibilidade de criar mais algum ponto de correio no concelho de Fafe, a prioridade seria Arões São Romão.-----

-----Mais informou Joel Fernandes ter demonstrado o seu desagrado perante a situação, por não concordar com as justificações dadas pelos responsáveis dos CTT para a não atribuição de um ponto CTT para a freguesia – proximidade à estação de correios de Fafe, tendo estes assumido o compromisso supra mencionado (havendo a possibilidade de criar mais algum ponto de correio no concelho de Fafe, a prioridade seria Arões São Romão) .-----

-----No que diz respeito à proposta relativa à instalação de uma outra caixa multibanco na Freguesia, também esta comum aos dois partidos, disse o Presidente da Junta que foram contactadas e formalizados pedidos com três entidades bancárias – BIC, Santander e Caixa Geral de Depósitos, pedidos estes devidamente instruídos e, inclusive, com apresentação de contrapartidas por parte da Junta de Freguesia, nomeadamente a construção do edifício onde iria ser colocado o multibanco mas, até à data, nenhuma das entidades se pronunciou sobre os mesmos, sendo que a Junta de Freguesia vai continuar a insistir no assunto. -----

-----Mencionou, depois, Joel Fernandes, a proposta apresentada pelo PSD relativa à necessidade de requalificação da zona da Rua de Fontelo e também da Rua do Santuário para informar que em relação à requalificação da Rua de Fontelo (desde a nacional até ao nó) esta é, também, uma prioridade da Junta de Freguesia mas que não está ao alcance da mesma. Informou, ainda, que esta requalificação está inscrita no orçamento municipal a pedido da Junta de Freguesia como prioridade, afirmando estar convencido que o Município irá dar início à obra durante este ano de 2023.-----

-----Em relação à Rua do Santuário (desde o nó até ao Monte da Pena), esclareceu o Presidente da Junta que a requalificação da rua é, também, uma prioridade da Junta de Freguesia, à semelhança do que acontece com a necessidade de realização de obras no



Lugar dos Oleiros, identificada também como prioridade por parte do PSD, dando como exemplo o alargamento da Rua dos Oleiros que, prevê, ocorra durante o ano 2023.-----

-----De seguida, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento, tendo os Deputados do PSD, Rui Costa e Natália Leite usado da mesma.----

-----No uso da palavra, Rui Costa pronunciou-se sobre a parte do orçamento relativa ao “ *detalhe do investimento por funções* ” (função geral, social e económica), referindo que efetuaram uma análise sobre a tendência do investimento em função da sua natureza no últimos 3 anos, tendo constatado que se verifica um reforço, principalmente do ano 2022 para o ano 2023, na função económica, mais concretamente na aquisição do equipamento-base, por contraponto a um desinvestimento na função social que inclui, entre outros, a beneficiação do cemitério, realização de arranjos urbanísticos, remodelação do parque de lazer, entre outros. -----

-----Continuou a sua intervenção Rui Costa, questionando o Presidente da Junta sobre se é possível assegurar as funções sociais na parte do investimento com uma redução significativa da mesma (cerca de 75% em relação a 2022) e qual o objetivo desta redução.-----

-----Respondeu às questões colocadas Joel Fernandes, afirmando que não é intenção da Junta de Freguesia desinvestir ou reduzir o investimento na área social e que, por exemplo, no caso do cemitério, a construção de 44 sepulturas praticamente concluiu o investimento a realizar naquele local e estando esta obra incluída na função social, necessariamente, diminui a verba alocada a esta função. Isto não significa, contudo, que deixem de ser ali realizadas as obras que venham a ser consideradas necessárias, dando como exemplo a colocação de dois novos pontos de água noutros locais do cemitério.--

-----Por outro lado, na parte da remodelação dos parques de lazer à qual está atribuída uma verba previsível de 11.000,00€ (onze mil euros), disse Joel Fernandes que este valor é até reduzido para aquilo que se pretende realizar e que é intenção da Junta de Freguesia reforçar esta rubrica com o saldo de gerência anterior.-----

-----Continuou com as suas explicações o Presidente da Junta, afirmando que a remodelação dos parques de lazer são uma prioridade do executivo referindo-se,



depois, ao parque de lazer das Senras, informando que está a tentar que o promotor cumpra com a sua parte para que em 2023 o espaço seja entregue Município podendo, a partir daqui, a Junta de Freguesia realizar no mesmo as obras que entender mas já não no decurso do ano de 2023. Referiu, depois, a parcela sobrança da Avenida Dr. António Marques Mendes e o um espaço no Loteamento do Monte da Pena, como exemplos de obras a realizar pela Junta de Freguesia durante 2023.-----

-----Prosseguiu, fazendo menção à verba de 26.518,00€ (vinte e seis mil quinhentos e dezoito euros) destinada à realização de obras em diversas zonas da freguesia e à verba de 60.000,00 (sessenta mil euros) destinada ao alargamento e pavimentação de diversas zonas da freguesia, referindo ser desta última rubrica que sairá a verba para requalificação da Rua do Santuário e para o alargamento da Rua dos Oleiros.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta e de novo no uso da palavra, Rui Costa questionou novamente Joel Fernandes sobre a verba de 22.000,00€ (vinte e dois mil euros) destinada à aquisição de equipamento básico, ao que o Presidente respondeu ser verba destinada à aquisição de uma retroescavadora. -----

-----Usou, de seguida, da palavra a Deputada do PSD Natália Leite para questionar sobre a verba alocada na rubrica “Despesas Correntes” a horas extraordinárias, no valor de 300,00€ (trezentos euros), ao que Joel Fernandes respondeu tratar-se de uma verba que está ali inscrita para qualquer eventualidade, uma vez que não tem memória de alguma vez terem sido pagas horas extraordinárias a quem quer que seja.-----

-----Mais questionou Natália Leite sobre se o mesmo acontecia com as verba destinada a “ Indemnização por Cessação de Funções” e “ Suplemento de Penosidade e Insalubridade” ou seja, se também este valor à semelhança do anterior não se reflete no orçamento sendo, portanto, um valor residual, tendo Joel Fernandes respondido que sim, que se tratam de valores destinados a manter a rubrica aberta.-----

-----Perguntou, depois, Natália Leite sobre a verba destinada a “ Suplemento de Penosidade e Insalubridade” , tendo o Presidente da Junta esclarecido que este já não é um valor residual mas, antes, um valor previsto na Lei destinado a trabalhadores que exercem um determinado tipo de funções e que o mesmo vem já de mandatos



anteriores, tendo sido atribuído ao Sr. Albino e, atualmente, por uma questão de igualdade, ao Sr. Domingos. -----

-----Continuou a sua intervenção Natália Leite, desta feita por referência às rubricas “*Alimentação – Refeições Confeccionadas*” e “*Alimentação – Géneros para Confeccionar*”, referindo Joel Fernandes que tratam-se de verbas destinadas a adquirir bens alimentares específicos em determinadas datas, como por exemplo, o Dia da Criança. Mais questionou a Deputada do PSD sobre a rubrica “*Elettricidade*”, no valor de 14.000,00€ (catorze mil euros), perguntando sobre se este valor diz respeito ao Edifício da Junta de Freguesia, ao que o Presidente respondeu que não, que esse valor engloba todos os custos suportados pela Junta de Freguesia com eletricidade, incluindo, contadores da Junta, da escola, do cemitério, do parque da Portela, entre outros.-----

-----Prosseguiu Natália Leite, questionando agora sobre a rubrica “*Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria*”, no valor de 4.000,00€ (quatro mil euros), esclarecendo Joel Fernandes que esta verba é destinada ao pagamento do Consultor da Junta de Freguesia bem como de eventuais pareceres que venham a ser solicitados. -----

-----No que diz respeito à rubrica “*Programas Ocupacionais*”, no valor de 6.000,00 (seis mil euros) esclareceu Joel Fernandes em resposta a Natália Leite, que essa verba se destina à comparticipação das despesas relativas a subsídio de alimentação, transporte e seguro de dois trabalhadores que estão na Junta de Freguesia ao abrigo de um Programa do Centro de Emprego – Contrato de Emprego e Inserção, pelo período de 1 ano, num valor aproximado de 180,00€ (cento e oitenta euros).-----

-----Continuou Natália Leite, pretendendo ser esclarecida sobre o conteúdo do Plano e Orçamento 2023 quando no mesmo se refere e passo a citar:”criação de uma nova zona recreativa onde se promova a atividade física, o convívio e o lazer...”. Perguntou a Deputada sobre se é mesmo uma nova zona de lazer ou o melhoramento de alguma já existente ao que Joel Fernandes respondeu que, no caso do espaço da Avenida Dr. António Marques Mendes (Loteamento da Arrochela) trata-se de uma nova zona de lazer sendo que a maior aposta será, contudo, a construção da zona de lazer das Senras.

-----Relativamente ao ponto “*identificar fisicamente todas as sepulturas existentes (numeração)*”, perguntou Natália Leite sobre se isto está já a ser feito ou se é o que a Junta



pretende fazer ao que o Presidente da Junta respondeu que é aquilo que pretendem fazer dando nota, contudo, que já foi solicitado orçamento para a numeração e que há já mapeamento de todo o cemitério com consequente numeração das plantas mas que isso não é visível no terreno e, portanto, a intenção é colocar a numeração em todas as campas existentes, por forma a que seja visível a todos e as mesmas facilmente identificáveis.-----

-----Mais questionou a este propósito Natália Leite, sobre se foi feito um levantamento para saber o custo de tal obra tendo Joel Fernandes respondido que foi solicitado um orçamento e que o mesmo é perfeitamente suportável.-----

-----No que concerne ao ponto “assegurar a *manutenção da frota automóvel da Junta de Freguesia*”, questionou Natália Leite sobre se isto tem que ver com as carrinhas. Respondeu o Presidente da Junta que sim e que, tal como o próprio nome indica, é necessário assegurar a manutenção da frota automóvel da Junta de Freguesia em bom estado de funcionamento, informando que a Junta possui 2 tratores (um que ainda funciona e outro que é para arrumar para o ano) e um autocarro, sendo o caso do autocarro o mais delicado.-----

-----Afirmou, contudo, estarem já a procurar alternativas ao mesmo dizendo, contudo, que um autocarro igual ao existente custa cerca de 180.000,00€ euros e que a Junta não tem capacidade para custear esta despesa, reafirmando que terão que ser encontradas soluções, uma vez que o atual autocarro terá que ser trocado em 2024 e nesta altura a Junta de Freguesia terá que ter condições para vender o autocarro existente e adquirir novo autocarro, ainda que mais pequeno, mas mais económico e que ofereça todas condições de segurança.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia e sem mais questões por parte dos Deputados presentes sobre este ponto da ordem de trabalhos, foram as grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2023 colocadas a votação tendo sido aprovadas por maioria com a abstenção da Bancada do PSD e os votos a favor da Bancada do PS (5).



-----Entrando no ponto 2.3 da ordem de trabalhos - *apreciação, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2023, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento.-----

-----Na posse da palavra, disse o Presidente da Junta de Freguesia a este propósito, que o mapa de pessoal está fechado não havendo perspectiva de contratar mais ninguém nem previsão de saída de quem já está pelo que, assim sendo, integram o mapa de pessoal da Junta de Freguesia 2 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais.-----

-----Terminada a intervenção de Joel Fernandes, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento em análise, não tendo nenhum dos Deputados presentes manifestado vontade de pronunciar-se sobre o mesmo.-----

-----Assim sendo, foi o mapa de pessoal para o ano de 2023 colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Passando ao ponto 2.4 da ordem de trabalhos - *apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho na sua redação atual*, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para a explicação do documento.-----

-----No uso da palavra, o Presidente da Junta esclareceu que este foi um ponto que há um ano atrás suscitou dúvidas de interpretação, mas que mais não é do que a possibilidade que a Junta de Freguesia tem de assinar contratos plurianuais assumindo, desta forma, compromissos por mais do que 1 ano (por exemplo, o contrato com a MEO).-----

-----De seguida, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados presentes para se pronunciarem, tendo o Deputado do PSD, Rui Costa, manifestado vontade de usar da palavra para questionar, à semelhança do que havia sucedido no ano anterior, apenas o valor do contrato que considera ser,



manifestamente elevado.-----

-----Respondeu Joel Fernandes que esse valor está sempre limitado pelo orçamento não havendo no mesmo nenhuma rubrica que atinja aquele montante.-----

-----Sem mais questões sobre este ponto, foi a proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho na sua redação atual, colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com os votos contra da Bancada do PSD (4) e os votos a favor da Bancada do PS (5). -----

-----Entrando no ponto 2.5 da ordem de trabalhos- *apreciação, discussão e votação da minuta do protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Fábrica da Igreja da Paróquia de Arões São Romão*, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento.-----

-----No uso da mesma, referiu Joel Fernandes não ser segredo para ninguém a intenção da Junta de Freguesia em apoiar a Fábrica da Igreja no projeto de construção da Capela Mortuária, havendo apenas a dúvida sobre a forma de enquadramento desse apoio, ou seja, se o apoio a dar deveria ser considerado investimento e, portanto, considerado como verba que sairia do protocolo de investimento do Município ou como donativo, caso em que seria considerado despesa corrente, realçando que a Junta necessitava que tal apoio fosse considerado investimento.-----

-----Neste sentido e para que o referido apoio fosse considerado investimento, foi celebrada a minuta do protocolo, minuta esta que foi lida pelo Presidente da Junta de Freguesia e que, no essencial, contempla a transferência da Junta de Freguesia para a Fábrica da Igreja do valor de 20.000,00€ (vinte mil euros), transferência esta que terá que ser obrigatoriamente aplicada pela Fábrica da Igreja na construção da Capela Mortuária, sob pena de devolução do valor transferido.-----

-----Terminada a intervenção de Joel Fernandes, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento, não tendo nenhum dos Deputados presentes manifestado vontade de pronunciar-se sobre o mesmo pelo que, sem mais demoras, foi a minuta do protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Fábrica da Igreja da



Paróquia de Arões São Romão colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Passando ao ponto 2.6 da ordem de trabalhos - *apreciação, discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo da Freguesia de Arões São Romão*, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento.-----

-----Na posse da palavra, o Presidente da Junta esclareceu que o que se pretende com este Regulamento é simplificar o processo de apoio até então existente e, ao mesmo tempo, comprometer as associações a oferecer algo à freguesia como contrapartida do mesmo. Referiu, também, ter reunido algumas vezes com o Deputado do PSD, Vitor Fernandes, no sentido de tentar perceber se as ideias se coadunavam com as pretensões da Bancada do PSD a este propósito, afirmando que este documento não é um documento estanque e que, como tal, poderá ser trabalhado.-----

-----Leu, de seguida, alguns dos pontos essenciais do Regulamento, nomeadamente o seu artigo 1º relativo ao objeto do Regulamento, explicando que o que aqui se pretende é evitar que as associações se acomodem e fiquem, apenas, à espera do mês de dezembro para receberem o cheque. Explicou, de seguida, que o novo Regulamento não vai dificultar o processo de atribuição do apoio uma vez que, ao contrário do anterior que exigia uma série de requisitos e a entrega de determinados documentos para que, posteriormente, no final do ano, fosse avaliada a possibilidade de concessão do apoio, resultando daqui que, em rigor e por via da aplicação deste Regulamento, nenhuma das associações receberia o apoio por não cumprirem com todos os requisitos exigidos, com o atual Regulamento pretende-se facilitar a concessão do apoio e, como referido anteriormente, comprometer as associações com a realização de atividades em benefício da Freguesia.-----

-----Esclareceu, ainda, que o principal objetivo do novo Regulamento é, pois, fazer com que sejam realizadas várias atividades ao longo do ano e que tais atividades beneficiem, não apenas a associação que as promove mas, antes, toda a freguesia contribuindo desta forma para a união da mesmas.-----



-----Terminada a sua intervenção, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem, querendo, sobre o teor o documento ora em apreciação tendo os Deputados do PSD Rui Costa e Natália Leite manifestado vontade de usar da palavra.---

-----No uso da palavra, disse o Deputado Rui Costa que é verdade que em termos de requisitos foi sonogada a obrigatoriedade de cumprimento de alguns deles, nomeadamente a obrigatoriedade de apresentação do plano de atividades e orçamento, afirmando compreender bem o porquê já que se trata de um documento que nem todas as associações têm competência para elaborar vendo, assim, como positiva esta alteração mas, por outro lado e no que diz respeito ao controlo da aplicação dos apoios financeiros prevista no artigo 8º do Regulamento, diz Rui Costa que o que entende é que deixou de se exigir o plano de atividades para passar a exigir-se o relatório de atividades.-----

-----Continuou a sua exposição dizendo que é entendimento da bancada do PSD que, ao invés de exigir-se apenas o relatório das atividades que foram objeto de atribuição de apoio, tal como estipulado no artigo 8º, a Junta de Freguesia deveria exigir às associações a entrega do relatório de atividades geral, independentemente de terem sido ou não merecedoras de apoio, por entender que é do interesse da Junta conhecer a situação financeira da associação bem como a forma como são aplicadas as verbas atribuídas e, ainda saber, por exemplo, se as associações beneficiam de outras fontes de receita para além do apoio da Junta de Freguesia.-----

-----Seguidamente, usou da palavra Joel Fernandes para afirmar que compreende a observação mas que, de facto, o que realmente interessa à Junta de Freguesia é o controlo da aplicação dos apoios que mereceram a atribuição do financiamento e que, como tal, o que se exige é a entrega do relatório das atividades que, efetivamente, foram merecedoras de financiamento tendo, contudo, Rui Costa reforçado que no seu entender é importante a entrega do relatório de atividades geral.-----

-----Terminou a sua intervenção a este respeito o Presidente da Junta, dizendo perceber o ponto de vista da bancada do PSD mas referindo que não é intenção da Junta imiscuir-se em assuntos financeiros das associações e que, como tal, não partilha da mesma



opinião por entender que a exigência do relatório geral de atividades poderá até ser factor de afastamento das associações deste tipo de iniciativas.-----

-----Enumerou, depois, Joel Fernandes, os restantes documentos exigidos às entidades para a obtenção do financiamento, concluindo pela simplificação do processo por via deste novo Regulamento no que obteve a concordância do Deputado Rui Costa que afirmou ser notória a tentativa de simplificação do mesmo.-----

-----Terminou a sua intervenção a este respeito Joel Fernandes, dando nota que o Regulamento, depois de aprovado, será levado ao conhecimento das associações e que caso haja necessidade de qualquer alteração, a mesma será efetuada mesmo antes do término do seu período de vigência, uma vez que estamos perante um documento aberto e sujeito a melhorias, caso assim seja determinado.-----

-----Por fim, usou da palavra a este respeito a Deputada do PSD Natália Leite para questionar sobre como se traduz, na prática, a concessão deste apoio, ou seja, do valor/quantificação do mesmo. Respondeu Joel Fernandes que a Junta tem experiência nesta matéria, na organização de eventos e que terá haver bom senso na atribuição dos mesmos.-----

-----Questionou, também, Natália Leite no seguimento de uma referência feita pelo Presidente da Junta ao Teatro de Arões acerca da importância de dinamizar esta coletividade, sobre se o Teatro estava coletado ao que Joel Fernandes respondeu que não, explicando que o Teatro era da Junta.-----

-----Sem mais intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos, foi o *Regulamento de Apoio ao Associativismo da Freguesia de Arões São Romão* colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Por fim, entrando no *ponto 3.1 da ordem de trabalhos – período pós ordem do dia – espaço de intervenção aberto ao público*, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos presentes para, querendo, pronunciarem-se. Pediram a palavra os cidadãos Domingos Leite e Arnaldo Fernandes a quem a mesma foi concedida pela Presidente da Assembleia de Freguesia.-----



-----Interveio o cidadão Arnaldo Fernandes afirmando estar envolvido em várias associações, atualmente na ARPAP, associação esta que, diz, realiza várias atividades para angariação de verbas, tem reserva de dinheiro mas que, ainda assim, a verba que lhes é atribuída é insuficiente, pelo que têm que trabalhar muito para conseguirem sobreviver. Na sequência desta intervenção, Joel Fernandes respondeu que o Regulamento não foi feito com o intuito de obrigar as associações a dispor de dinheiro próprio para realização de atividades em benefício de quem não é sócio mas, ao contrário, aquilo que se pretende é que a atribuição do apoio por parte da Junta de Freguesia funcione como um incentivo para que as associações se abram mais à comunidade.-----

-----Por fim, interveio o cidadão Domingos Leite para colocar várias questões ao Presidente da Junta de Freguesia. Iniciou a sua intervenção com uma questão sobre o autocarro, perguntando sobre qual o ano de matrícula do mesmo, questão a que respondeu o Tesoureiro da Junta afirmando ser de 2008 ou de 2009. Afirmou Domingos Leite que tem interesse no assunto por ter uma situação semelhante e pretender saber qual a data exata em que o autocarro terá que ser substituído, uma vez que no seu caso concreto e de acordo com a Lei em vigor o prazo de substituição do autocarro foi já prorrogado uma vez, até final do ano lectivo de 2023, por ter data de matrícula de 2006 mas como anteriormente ouviu falar em 2024 queria saber se houve alguma alteração à Lei que não seja do seu conhecimento.-----

-----Voltou a responder à questão colocada o Tesoureiro da Junta, Carlos Manuel Correia, afirmando que o que sabe é que, devido à pandemia, o prazo dos autocarros que terminasse durante a mesma seria prorrogado por mais dois anos afirmando desconhecer o Decreto-Lei mencionado por Domingos Leite, que este esclareceu ser o Decreto-Lei nº 101/2021, de 19 de Novembro lendo, de seguida, o teor do mesmo na parte aplicável ao caso em apreço – permissão de utilização de veículos com idade não superior a 18 anos para o transporte de crianças nos anos lectivos de 2021/2022 e 2022/2023, sem qualquer outra prorrogação.-----

-----De seguida, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia para referir que mencionou o ano de 2024 porque sempre que se falou neste assunto as contas que



foram feitas determinavam o termo do período de validade do mesmo nesse ano tendo o Tesoureiro da Junta confirmado essa data, ou seja, que o autocarro da Junta terá que ser trocado em 2024, uma vez que o ano de matrícula do mesmo é março de 2008, ao contrário do que acontece com o autocarro a que se referiu Domingos Leite cuja data de matrícula é dezembro de 2006 e, portanto, terá que ser trocado em 2023. -----

-----Continuou na posse da palavra Domingos Leite para colocar mais duas questões, desta feita relacionadas com a estrada que vem do cemitério até aos Barreiros e depois dos Barreiros até à Estrada Nacional e que foi alvo de intervenção para instalação do saneamento básico perguntando, primeiro, se há algum agendamento por parte da PortGás para colocar o gás naquela zona e, depois, questionando sobre quando será colocado o piso naquela estrada.-----

-----No uso da palavra, respondeu Joel Fernandes que a questão relativa ao gás é uma questão pertinente e que vai comunicar a mesma ao serviço do Município que faz a interligação com a empresa de gás dando nota da oportunidade. Relativamente ao piso da estrada, afirmou que foi informado que o piso será colocado logo que o tempo melhore.-----

-----Por fim, abordou Domingos Leite a questão já falada acerca da instalação do multibanco, informando que tem conhecimento de que há sítios em que as pessoas já se comprometem a comparticipar na renda para instalação de caixas multibanco mas que nem assim conseguem, ao que Joel Fernandes respondeu que vai de encontro ao que lhe foi comunicado. Mais referiu Domingos Leite, que em virtude do novo sistema de assaltos de caixas multibanco, cada vez será mais difícil colocar as mesmas em locais isolados.-----

-----No seguimento desta intervenção, Joel Fernandes informou que na sequência do pedido apresentado pela Junta ao Santander, o Banco o questionou sobre se haveria abertura para colocar o multibanco numa zona comercial ao que o Presidente da Junta respondeu afirmativamente mas sem que daqui e até à data de hoje tenha resultado qualquer efeito prático.-----



Goêdo
JP

-----Novamente no uso da palavra, abordou Domingos Leite a questão do Regulamento do Apoio ao Associativismo para referir que o mesmo está bastante mais simplificado mas dizendo que, pelo que leu, depreende que as associações terão direito ao apoio desde que o peçam, mesmo sem pensarem fazer alguma coisa e que, no seu entender, o apoio deveria ser para premiar quem faz e não quem pede, dando como exemplo o caso da participação da Família Freitas nas marchas de Fafe e que, na sua perspetiva, seriam merecedores de um incentivo, mesmo que não o solicitassem. Prosseguiu, dizendo que no seu entender deveria ser premiada a meritocracia, quem faz e não quem pede, caso contrário estamos perante mais um caso de subsidiodependência. -----

-----Usou de seguida da palavra Joel Fernandes, dizendo que na sua opinião a subsidiodependência existe quando as pessoas têm o subsídio quase como certo, o que no caso em concreto não acontece, uma vez que o Regulamento estipula que para terem direito ao subsídio as associações terão de realizar atividades que sejam de interesse para a freguesia e não para a própria associação, a que acrescem outros critérios que garantem uma apreciação séria das propostas apresentadas e a satisfação do interesse público. Terminou dizendo que o Regulamento anterior tinha algumas areias na engrenagem que dificultavam a sua aplicabilidade prática sem, contudo, questionar a qualidade do mesmo.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi lida a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade, foi encerrada a presente sessão e nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, no âmbito do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

João Manuel Fraga Novais

(João Manuel Fraga Novais)



A Primeira Secretária

Gabado

(Helena Gabriela Castro Salgado)

O Segundo Secretário

JP

(José Leandro da Costa Oliveira)